

ATA N.º 2/2026

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 30 DE ABRIL DE 2026**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de vinte e um de abril do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação dos documentos da Prestação de Contas do Exercício de 2025;
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação da Proposta da 1.ª Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano e Orçamento;
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Habitação do Município de São João da Pesqueira;
- Ponto 5 -** Análise, discussão e votação do pedido de declaração de interesse público municipal de carácter estratégico – Quinta da Tranqueira;
- Ponto 6 -** Análise, discussão e votação da cedência voluntária de parcela de terreno com vista à integração no domínio público municipal no Lugar de Dessargues, S. João da Pesqueira;
- Ponto 7 -** Análise, discussão e votação da desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal no Loteamento Pojares de Cima;
- Ponto 8 -** Eleição de um representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ao abrigo da alínea l) do artigo 17.º da Lei de Promoção e Proteção.

Tomou a palavra o Primeiro Secretário, Daniel Bento, que começou por dirigir os cumprimentos ao Executivo, na pessoa do Presidente Manuel Cordeiro, a todos os senhores deputados municipais, presidentes de junta, público presente e funcionários afetos à sessão.

Beato
Antony

Constatada a ausência justificada do Presidente da Mesa da Assembleia, Engenheiro Eduardo Frederico, o Primeiro Secretário assumiu a condução dos trabalhos, nos termos estipulados no n.º 1 do artigo 49.º (conjugado com os artigos 46.º e 78.º) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. De seguida, por proposta da Mesa, foi convidado o deputado Senhor Artur Adriano Ferreira a integrar a Mesa da Assembleia, ocupando o lugar vago, o que foi aceite.

O Primeiro Secretário informou os presentes de que, em virtude da presença de público, o período reservado à intervenção dos munícipes decorrerá na parte final da sessão. Para o efeito, os interessados deverão preencher a respetiva ficha de inscrição disponibilizada.

Procedeu-se, então, à chamada pela Secretária Amélia Figueira, tendo-se verificado as ausências do Presidente da Mesa, Engenheiro Eduardo Frederico, e do Deputado Municipal João Carlos Cardoso, cujas justificações haviam já sido remetidas à Mesa da Assembleia. Mais se informou que as faltas relativas à sessão de 27 de fevereiro foram consideradas justificadas.

Tomando novamente a palavra, o Primeiro Secretário recordou a proposta apresentada na reunião anterior pelo Presidente da Mesa, relativamente à realização da reunião ordinária seguinte, num espaço diferente, com condições para acolher a reunião da Assembleia Municipal.

Não havendo oposição ou propostas em contrário por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia, ficou deliberado e registado que a próxima sessão ordinária (referente ao mês de junho) não decorrerá nos Paços do Concelho, mas sim na localidade de Ervedosa do Douro. A Mesa encarregou-se de garantir que esta alteração conste nas respetivas notificações a expedir.

Dando continuidade aos trabalhos, o Primeiro Secretário perguntou se existiam inscrições por parte dos representantes nas comissões dos Conselhos Municipais que desejassem comunicar a sua participação em reuniões.

Foi inscrita Mónica Santos, representante da Comissão Municipal de Educação.

A deputada Mónica Santos apresentou um resumo, que passo a transcrever:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Na qualidade de representante na Comissão Municipal de Educação, cabe-me dar conta de uma reunião particularmente relevante para o futuro educativo do concelho.

Em primeiro lugar, no âmbito da preparação do ano letivo 2026/2027, a Comissão Municipal de Educação deliberou, por unanimidade, manter a atual rede escolar da

Bento
X
Antes

educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. Esta decisão abrange o Jardim de Infância de Castanheiro do Sul e o Jardim de Infância de Riodades, refletindo uma opção clara pela defesa da proximidade, da coesão territorial e da igualdade de oportunidades.

No caso de Riodades, a Junta de Freguesia fez questão de registar a sua posição favorável à manutenção do jardim de infância, sublinhando que a escola em meio rural não é apenas um equipamento educativo: é também um instrumento de fixação de população, de apoio às famílias e de preservação da vida comunitária. A sua importância ultrapassa a dimensão escolar e assume um papel central no combate à desertificação do interior.

No balanço do ano letivo 2024/2025 e do primeiro período de 2025/2026, o Agrupamento de Escolas de São João da Pesqueira apresentou resultados globalmente muito positivos, com boas taxas de sucesso, ausência de abandono escolar e uma evolução consistente ao longo dos últimos anos. Persistem, contudo, desafios na transição entre ciclos, especialmente na passagem do ensino básico para o secundário, o que exige atenção continuada e respostas adequadas.

Foi igualmente destacada a qualidade do percurso dos alunos, traduzida nas bolsas de mérito atribuídas pelo Município e no reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo dos anos.

No que respeita à Esprodoiro – Escola Profissional do Alto Douro, os indicadores apresentados são igualmente muito significativos: 87% dos alunos concluíram a formação no tempo previsto, a taxa de colocação no mercado de trabalho foi de 85% e a satisfação dos empregadores atingiu 91%. Estes números demonstram a relevância da escola profissional na formação de jovens e na sua integração no mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, foram identificadas áreas que merecem resposta urgente e estruturada, nomeadamente a saúde mental dos alunos, a necessidade de apoio psicológico especializado e o reforço da mentoria para o uso da inteligência artificial na prática docente.

A Comissão tomou ainda conhecimento de um vasto conjunto de projetos educativos e atividades em curso, que confirmam a vitalidade das escolas e a sua ligação ao território, às famílias e à comunidade. Foram também abordadas alterações ao Catálogo Nacional de Qualificações, tendo ficado decidido solicitar esclarecimentos à CCDR-N sobre o acesso ao ensino superior, para garantir orientação clara aos alunos.

Por fim, importa registar o compromisso continuado do Município com a educação, reforçado agora pela atribuição do Prémio Universidade Júnior a todos os alunos com média igual ou superior a 4,5, um sinal claro de valorização do mérito e do esforço escolar.”

Não havendo mais inscrições passou-se ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Bento
X
Ant

Colocou-se à consideração da Assembleia a dispensa da leitura da Ata n.º 1/2026, de 27 de fevereiro.

Nada havendo em contrário, colocou-se a referida Ata à apreciação dos Membros da Assembleia para eventuais propostas de alteração/correção.

O Primeiro Secretário abriu as inscrições para os Membros da Assembleia se poderem inscrever para apreciação da Ata da última reunião.

Não havendo intervenções sobre a Ata n.º 1/2026, colocou-se a mesma à votação da Assembleia, a qual foi aprovada por unanimidade, com as abstenções dos deputados não presentes na sessão anterior (Frederico Selores, José Fernando dos Santos e José Manuel Andrade Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Valongo dos Azeites, que se fez substituir pela Secretária da Junta de Freguesia, Maria Emília da Cruz Monteiro).

O Primeiro Secretário deu conta da correspondência recebida, a qual ficou arquivada na correspondente pasta para quem a quiser consultar:

- SG Governo – Convite para a Apresentação do Plano de Transformação;
- Maria Isabel Montela – Carta Aberta referente ao Centro de Emprego de Lamego;
- António Afonso (ANAM) – Convite para o 1º encontro de Presidentes da Assembleia Municipal; Despacho 4749/2026; Divulgação do Protocolo ANAM com o Esact-IPB e Conferência “Arquitetura do Poder Local

O Primeiro Secretário abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre assuntos de interesse para o Município.

Foram inscritos os deputados José Fernando, Rafael Helena e Sofia Bastos.

Tomou a Palavra o Sr. José Fernando que iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa de Assembleia, o Executivo no nome do Sr. Presidente, deputados, Presidentes de Junta e público presente. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a origem do cálculo de dois milhões de euros de prejuízos no concelho. Relatou ter enviado e-mails ao executivo municipal alertando para o estado de degradação da sua freguesia e remetido registos fotográficos dos danos, tendo obtido como resposta que as reparações seriam da exclusiva competência da Junta de Freguesia.

Manifestou profundo desagrado com a situação, considerando que a sua freguesia tem sido sucessivamente prejudicada e marginalizada pelo Município. Denunciou ainda uma

Bento
A

situação que classificou como de enorme desrespeito: a existência de um segundo presidente de junta na localidade, eleito pelo Presidente da Câmara, que intervém no território à revelia e sem o conhecimento do presidente de junta eleito democraticamente pelo povo. Por fim, criticou a postura do executivo municipal, equiparando-a a práticas antidemocráticas.

O Primeiro Secretário da Mesa, Daniel Bento, advertiu e solicitou que fossem evitados adjetivos excessivos ou ofensivos, exortando-o a centrar o seu discurso na exposição objetiva dos assuntos em análise.

Finalizada a intervenção do Sr. José Fernando Santos, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rafael Helena que iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa de Assembleia, o Executivo no nome do Sr. Presidente, deputados, Presidentes de Junta e público presente. Referiu que o teor da carta aberta endereçada por Maria Isabel Moutela, tratando-se de um tema que afeta naturalmente os munícipes do concelho, merece uma apreciação, pelo que questiona se já há uma posição ou diligência tomada quanto a este assunto.

Por fim foi dada a palavra à Sra Sofia Bastos que cumprimentou todos os presentes, nomeando a Mesa de Assembleia Municipal, Presidente de Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público.

No decurso da sua intervenção, destacou, com manifesto orgulho, a distinção atribuída ao Município de São João da Pesqueira com a 'Bandeira de Mérito Social 2026'. Foi realçado que este galardão premeia o bom trabalho desenvolvido no concelho, em especial através do projeto Radar Social, no apoio às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Sublinhou que este reconhecimento comprova a eficácia na identificação de problemas e na formulação de respostas concretas, num tempo marcado por diversas dificuldades. Por fim, expressou o desejo de que esta distinção sirva de incentivo para a continuação do trabalho em prol da população, promovendo a inclusão e a melhoria da qualidade de vida de todos os munícipes."

Finda as intervenções o Primeiro Secretário agradeceu as intervenções e teceu breves considerações preliminares, antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas.

Apelou a que o espaço de debate e expressão de agrado ou desagrado seja utilizado com elevação, sublinhando que aquele não é o local adequado para o uso de adjetivos desprimorosos ou para caracterizações pessoais. Dirigindo-se ao Senhor José Fernando,

IBento
✱
Antony

esclareceu que a sua intervenção teve unicamente o propósito de salvaguardar o decoro da reunião.

Por fim, reconheceu e enalteceu o direito de todos em expor o seu desagrado, reiterando, contudo, que as caracterizações de foro pessoal devem ser remetidas para outros contextos.

O Presidente da Câmara usou da palavra para responder, relativamente à intervenção da Sofia Bastos, agradeceu o reconhecimento público e o elogio feito ao projeto Radar Social. Destacou que o sucesso e o impacto do projeto no terreno só foram possíveis graças à parceria e ao empenho dos Presidentes de Junta. Garantiu ainda que, apesar de o financiamento ter terminado em março, todas as atividades do projeto Radar Social continuarão a ser asseguradas para o futuro.

Sobre a questão levantada pelo vogal Rafael, acerca do Centro de Emprego de Lamego, o executivo esclareceu que não se trata de um encerramento da estrutura. O Centro de Emprego de Lamego manterá o seu funcionamento normal, mas perderá a sua autonomia estrutural, passando a funcionar como uma delegação dependente do Centro de Emprego e Formação Profissional de Vila Real.

Relativamente aos estragos causados pelas intempéries recentes no Concelho, o orador destacou o esforço contínuo e no terreno, realizado dia e noite, por vários Presidentes de Junta de Freguesia (Trevões, Ervedosa, Nagoselo, Soutelo, Vilarouco e Pesqueira) e pelas equipas municipais.

Durante este período de crise, lamentou a ausência de comunicação por parte do Presidente da Junta de Paredes sobre as ocorrências na sua freguesia. Este ponto gerou um momento mais tenso, tendo o Primeiro Secretário intervindo para repor a ordem e a disciplina nos trabalhos, apelando ao Sr. Presidente de Junta de Paredes que não interrompe-se, pois teria oportunidade de intervir posteriormente se assim o intendesse.

O Sr. Presidente da Câmara prossegue o seu discurso mencionando que durante o período em análise, não foi reportada a existência de problemas graves na localidade de Paredes. Salientou que a situação nesta freguesia e em Riodades não se revestiu da gravidade verificada noutras zonas do concelho.

Mais adiantou ter recebido um e-mail do Presidente da Junta contendo fotografias de caminhos rurais que, na sua perspetiva, não evidenciavam danos extraordinários causados pelas intempéries, mas sim marcas de desgaste normal e regueiras de água, cuja

Beato
Arty

manutenção corrente é da responsabilidade das respetivas juntas de freguesia, à semelhança do que sucede nas restantes.

Nesse sentido, e em resposta ao referido e-mail, a Câmara Municipal reiterou o reconhecimento da existência de danos severos noutras freguesias afetadas pelas chuvas intensas, concluindo, contudo, que a documentação fotográfica apresentada não comprovava a ocorrência de situações excecionais (tais como derrocadas, abatimentos ou cortes de via) que justificassem uma intervenção extraordinária.

Relativamente à intervenção sobre os alegados danos provocados pelas intempéries, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a documentação apresentada não demonstra consequências diretas de fenómenos meteorológicos extremos. Afirmou que as regueiras de água existentes resultam da falta de manutenção e limpeza dos caminhos ao longo do ano, competência que legalmente assiste à respetiva Junta de Freguesia, conforme é prática noutras freguesias do concelho.

Respondendo aos reparos do Presidente da Junta, o Senhor Presidente da Câmara sublinhou que, caso se verifiquem situações efetivamente decorrentes de intempéries, o Município mantém total disponibilidade para colaborar, não devendo, contudo, ser solicitado apoio camarário para trabalhos que são da responsabilidade autárquica local (manutenção de caminhos e corte de ervas). Anunciou ainda que enviará o e-mail e os registos fotográficos em análise a todos os membros da Assembleia.

Em resposta à menção de que existiriam “dois presidentes de junta”, o Senhor Presidente da Câmara recordou um episódio ocorrido há cerca de três anos, durante um período de seca severa. Na ocasião, o Município estabeleceu parcerias de colaboração e cofinanciamento com todas as juntas de freguesia do concelho, onde vários presidentes de junta manifestaram, junto da Câmara, interesse em abrir furos ou na criação de retenções e captações de água, à exceção do Presidente da Junta de Freguesia de Paredes. Posteriormente, numa festa em Paredes, foi abordado por um munícipe que manifestou o seu descontentamento relativamente à questão do abastecimento de água para regadio. Referiu que, o Senhor José Orlando assumiu a liderança da Comissão de Regadio, tendo desenvolvido um trabalho relevante que permitiu apoiar os agricultores, proceder ao alargamento da charca existente e melhorar significativamente o serviço prestado. Salientou que, atualmente, a população se encontra satisfeita com os resultados alcançados, fruto da responsabilidade assumida e do empenho demonstrado nesse processo.

Depto
de
Artes

Acrescentou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes nunca demonstrou interesse em acompanhar ou participar no referido processo.

Prosseguindo a sua intervenção, e antes da ordem do dia, prestou algumas informações de interesse para a Assembleia.

Em primeiro lugar, agradeceu a presença de todos os membros da Assembleia Municipal e dos Senhores Presidentes de Junta nas comemorações do 25 de Abril, considerando que as mesmas decorreram de forma positiva e que corresponderam às expectativas da população. Destacou, em particular, a importância da participação dos eleitos nestes momentos comemorativos, sublinhando o apreço demonstrado pelos ex-combatentes pelo reconhecimento e homenagem que lhes são prestados.

Informou ainda que esteve presente, em Lisboa, na inauguração do Centro de Saúde e na apresentação do PTRR – Plano de Transformação, Recuperação e Resiliência, cerimónia que contou com a presença do Senhor Primeiro-Ministro.

Referiu que, durante a apresentação, foram anunciadas diversas medidas de apoio destinadas a particulares, empresas e infraestruturas públicas. Informou que os serviços municipais se encontram a analisar os respetivos programas e que se aguarda a abertura dos avisos de candidatura, de forma a avaliar as oportunidades existentes e a possibilidade de apresentação de candidaturas pelo Município.

Informa que se mantém em funcionamento uma equipa técnica municipal, criada na sequência das intempéries ocorridas no concelho, com o objetivo de apoiar os particulares na submissão dos pedidos relativos aos prejuízos sofridos, tendo sido registadas, até à data, cerca de uma centena de participações por parte de agricultores.

De seguida, prestou esclarecimentos relativamente à inauguração da Unidade de Saúde Familiar (USF), referindo que terá existido algum equívoco quanto aos convites para o almoço realizado naquela ocasião. Explicou que os convites enviados pela Chefia de Gabinete diziam respeito à inauguração das obras do Centro de Saúde e ao lançamento da primeira pedra da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), sendo que, numa fase inicial, não era ainda conhecida a disponibilidade da Senhora Ministra ou do Senhor Secretário de Estado para permanecerem para o almoço. Informou que apenas os convidados que confirmaram previamente a sua presença foram posteriormente contactados para aferir a participação no almoço, pelo que eventuais situações de ausência de contacto não resultaram de exclusão, mas apenas de uma questão de natureza logística.

Informou igualmente que foram recentemente concluídas intervenções de modernização e melhoria no Cine-Teatro Municipal, abrangendo sistemas de iluminação, equipamentos de palco e outros recursos técnicos considerados necessários. O investimento total ascendeu a cerca de 91.900 euros, tendo beneficiado de comparticipação de fundos europeus no valor aproximado de 59.000 euros.

Relativamente às atividades culturais, deu conhecimento da realização, entre os dias 23 e 30 de abril, de uma exposição do Museu do Douro, intitulada “Sónia de Magalhães – Dominic Bichu”, patente no Museu do Vinho.

No âmbito da inclusão social e desportiva, informou que, no dia 21 de abril, se realizou a segunda etapa do circuito “Driblando a Diferença”, iniciativa dirigida a pessoas com deficiência e centrada na prática de basquetebol inclusivo. Referiu ainda o início da colocação de armadilhas destinadas à captura da vespa asiática, espécie invasora cuja proliferação exige medidas de controlo.

Deu igualmente nota da realização do Encontro de Boccia Sénior – Páscoa 2026, ocorrido no dia 3 de abril, bem como da realização do 62.º Torneio de Natação Professor Afonso Saldanha, no dia 7 de março, que contou com a participação de 178 nadadores e representantes de 14 escolas e clubes de natação.

Informou ainda que decorreu, entre os dias 30 de março e 2 de abril, mais uma edição da atividade “Primavera de Letras – Férias da Páscoa com Fixolas”, promovida pela Biblioteca Municipal e destinada às crianças do concelho, contando com cerca de 40 participantes provenientes de diversas freguesias. Destacou que o Município assegura o transporte das crianças para estas atividades.

No que respeita ao ensino superior e à área da saúde, comunicou a celebração de um protocolo de colaboração entre a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e vários municípios da região, incluindo São João da Pesqueira, no âmbito da futura implementação do curso de Medicina naquela instituição de ensino superior. Referiu que este protocolo permitirá reforçar a cooperação institucional e criar condições para a receção de médicos estagiários no concelho.

Informou também ter sido designado membro da Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), integrando a respetiva Comissão Especializada do Território.

No que concerne às distinções atribuídas ao Município, referiu que o ano de 2026 teve início com diversos reconhecimentos externos. Destacou a atribuição da Bandeira de

Deus
X
Anty

Mérito Social ao projeto Radar Social, na Segunda Gala Nacional do Mérito Social, realizada em Águeda; o primeiro prémio atribuído à Esprodouro pelo projeto “Atitude com Felicidade”, na categoria de Inovação e Empreendedorismo; e ainda o Prémio Cinco Estrelas Regiões 2026, atribuído ao Parque Fluvial da Ferradosa na categoria de praias fluviais.

Relativamente às obras e investimentos em curso, informou que a intervenção na Estrada Municipal 504, junto à Várzea, se encontra praticamente concluída, prevendo-se a sua abertura ao trânsito durante a semana seguinte. Referiu que os trabalhos principais estão terminados, incluindo a execução das drenagens e da primeira camada de pavimento betuminoso, faltando apenas a instalação das guardas de segurança e a reconstrução de um muro já anteriormente degradado. Acrescentou que a realização destes trabalhos complementares implicará um acréscimo ao custo inicialmente previsto, estimado em cerca de 500 mil euros.

Informou ainda que reuniu, em Lisboa, com o Senhor Ministro das Infraestruturas para abordar a futura concretização do IC26, nomeadamente a adjudicação do respetivo projeto. Referiu que foi transmitida a posição conjunta dos municípios de São João da Pesqueira, Armamar e Lamego, defendendo uma solução que permita melhorar as acessibilidades do Douro Sul, através de um traçado que sirva um conjunto mais alargado de localidades da região.

Deu ainda conta da continuação dos trabalhos de pavimentação em diversas freguesias do concelho.

Relativamente ao Fórum 1055, espaço multiusos em construção na Praça do Marquês, informou que a conclusão da obra dificilmente ocorrerá dentro do prazo inicialmente previsto para julho, devido a atrasos no fornecimento de equipamentos e sistemas técnicos, estimando-se agora a sua conclusão entre os meses de setembro e outubro.

Informou igualmente que decorrem obras de eficiência energética no edifício municipal, incluindo a instalação de painéis solares e sistemas de climatização, bem como intervenções no Centro Escolar de São João da Pesqueira, financiadas pelo Portugal 2030, abrangendo a resolução de infiltrações, melhoria da eficiência energética, requalificação de acessos e cobertura do espaço desportivo exterior.

Referiu ainda que se encontram previstas intervenções na Rua da Figueira, em Santa Maria, bem como nas redes de abastecimento de água e saneamento em Riodades e Ervedosa, encontrando-se esta última já em execução. Acrescentou que outras

Deuto
R
Acto

empreitadas, designadamente relacionadas com ETAR, pavilhão municipal e piscinas, serão lançadas em breve.

Quanto à Unidade de Saúde Familiar, informou que a mesma se encontra concluída e inaugurada. Relativamente à Unidade de Cuidados na Comunidade, esclareceu que, apesar de não constituir uma obra municipal, o Município teve um papel ativo na sua concretização, garantindo a sua localização em São João da Pesqueira. Referiu tratar-se de um investimento financiado pelo PRR, no valor aproximado de 3,7 milhões de euros.

No que respeita à Loja do Cidadão, informou que a abertura ao público está prevista para o dia 15 de junho, estando a inauguração oficial agendada para o dia 22 de junho, com a presença do Senhor Ministro da Administração Interna. Explicou que esta diferença de datas resulta da necessidade de um período experimental de funcionamento e testes dos equipamentos e serviços.

Por fim, dirigiu dois convites aos presentes. O primeiro para a celebração do Dia do Município, a realizar no dia 7 de maio, na Assembleia da República, na sequência de convite formulado pelo Senhor Presidente da Assembleia da República. Informou que o programa inclui uma representação teatral alusiva ao foral, participação da Banda de Nagozelo e uma mostra de produtos locais. O segundo convite respeita ao Encontro das Freguesias, promovido no âmbito do Radar Social, agendado para o dia 17 de maio, evento de dimensão semelhante ao realizado no ano anterior.

Concluiu a sua intervenção colocando-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais.

Tomou da palavra o Primeiro Secretário, que agradeceu as notas apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e deu por encerrado o período antes da ordem do dia.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira, pediu a palavra e o Primeiro Secretário concedeu com a condição de ser apresentada a sua defesa quanto ao tema em discussão.

Tomou a palavra o Sr. José Fernando para rebater as afirmações proferidas pelo Senhor Presidente, declarando que estas não correspondem à verdade quando foi afirmado que nunca lhe foi solicitado nada. Pelo contrário, referiu que tem solicitado vários apoios e que, inclusivamente, tem colaborado sempre que a Câmara/Junta lho pede. A título de exemplo, mencionou a cedência de um terreno para a abertura de um furo junto à charca, que supostamente debitaria quarenta mil litros de água, mas que na realidade não produziu qualquer resultado. Face a isto, reiterou um pedido simples: a colocação de uma bomba

no furo comunitário junto à charca para usufruto da população, assumindo que os munícipes pagarão o consumo de água correspondente. Frisou que esta é uma necessidade real da população e não aceita a afirmação do Senhor Presidente de que o Sr. José é agora quem manda em tudo.

Em resposta o Senhor Presidente esclareceu que os elementos fotográficos que lhe foram enviados documentavam apenas caminhos com regueiras resultantes de falta de manutenção, não tendo qualquer relação com danos provocados por intempéries.

Não havendo mais inscrições deu-se por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

Período da Ordem do Dia

O Primeiro Secretário perguntou ao Sr. Presidente do Executivo se pretende fazer um resumo dos pontos da ordem de trabalhos ou se irá fazer apenas uma introdução a cada ponto antes de dar a palavra aos membros da Assembleia.

O Presidente da Câmara Municipal faz introdução ponto a ponto

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal.

O Primeiro Secretário dá a palavra ao Presidente de Câmara que prestou alguns esclarecimentos complementares sobre o projeto "Radar Social". Em resposta ao que havia sido previamente abordado, explicou que a referência a um relatório em anexo, se deve ao facto de o projeto ter terminado no passado mês de março. Por esse motivo, foi elaborado um relatório final exaustivo, que compila todos os dados, atividades desenvolvidas, pessoas acompanhadas e demais elementos relevantes. Dada a grande extensão do documento, optou-se pela sua junção em anexo separado. Por fim, salientou que, independentemente da conclusão do projeto, as atividades inerentes ao mesmo continuarão a ser desenvolvidas no terreno.

De seguida o Primeiro Secretário abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre o primeiro ponto da ordem do dia.

Foi inscrito o deputado Rafael Helena.

Dada a palavra ao deputado Rafael Helena Helena, em seu nome e em representação do César Elias, expressou um profundo agradecimento a todos os envolvidos direta e

Beato
Antony

indiretamente no Projeto Radar Social, nomeadamente à Câmara Municipal, aos técnicos, aos parceiros e aos demais colaboradores.

Destacou-se que o projeto gerou uma dinâmica muito positiva no concelho, permitindo a identificação e o apoio a diversas situações de isolamento social e de carência habitacional, o que contribuiu para uma melhoria significativa nas condições de vida da população-alvo. Sublinhou-se, ainda, a grande relevância desta ação social, cujo mérito foi publicamente reconhecido pela Associação de Gerontologia Social.

Por fim, tendo em vista a continuidade do projeto que tem sido tornada pública, formulou-se um pedido de esclarecimento aos presentes sobre os moldes dessa mesma continuidade. Questionou-se, concretamente, se o âmbito de atuação será direcionado em exclusivo para pessoas em situação de maior vulnerabilidade e como será estruturada a definição das suas futuras áreas de intervenção.

Tomando a palavra, o Presidente Manuel Cordeiro, abordou o desenvolvimento e a conclusão do financiamento do projeto Radar Social, salientando que, embora o apoio financeiro se tenha limitado à contratação de dois recursos humanos, os objetivos estabelecidos foram integralmente superados.

Esclareceu que, caso a atuação se tivesse cingido aos parâmetros previstos no projeto — identificação de situações de vulnerabilidade e o seu consequente encaminhamento para as entidades competentes, como instituições de saúde, GNR ou outras — os objetivos teriam sido cumpridos. Contudo, a autarquia optou por uma intervenção mais abrangente, alinhando a iniciativa com a estratégia municipal de proximidade delineada há cerca de cinco anos, que inclui respostas como a carrinha de saúde e o balcão da inclusão móvel.

Sublinhou-se que o Radar Social potenciará esta lógica, tendo as equipas municipais ido muito além do mero encaminhamento de casos. Destacou-se a articulação bem-sucedida entre os técnicos contratados especificamente para o projeto e os restantes quadros do Município, cuja dedicação permitiu a realização de um vasto leque de atividades nas freguesias.

Por fim, garantiu que, independentemente do término do financiamento afeto ao Radar Social, o trabalho de proximidade não cessará. A autarquia dará continuidade às ações desenvolvidas, articulando-as de forma sinérgica com outros projetos ativos no território, como o “Mãos Ativas” e o CLDS, com o firme propósito de assegurar um apoio cada vez mais eficaz e abrangente às populações locais.

Beito
X
Antony

Nada mais havendo a tratar, o Primeiro Secretário, dá por concluído o ponto um da ordem de trabalho e prossegue com o seguinte ponto.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação dos documentos da Prestação de Contas do Exercício de 2025.

O Primeiro Secretário perguntou ao Senhor Presidente do Executivo se pretendia fazer um resumo do referido ponto da ordem de trabalhos.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2025, referindo que o documento constitui não apenas o cumprimento de uma obrigação legal, mas também um exercício de transparência, de prestação de contas e de respeito pelos munícipes que confiaram ao Executivo a gestão dos destinos do concelho.

Referiu que o relatório reflete as opções políticas assumidas pelo Executivo, as prioridades definidas para o desenvolvimento do concelho e o compromisso com uma gestão rigorosa, responsável e orientada para a melhoria das condições de vida da população.

Destacou que o ano de 2025 ficou marcado pelo arranque de importantes investimentos estruturantes, enquadrados no novo ciclo de financiamento do Portugal 2030, nomeadamente o início da construção do Pavilhão Fórum 1055, da Loja do Cidadão, da segunda fase do Parque Desportivo, da requalificação do Centro de Saúde e da pavimentação de caminhos agrícolas. Salientou igualmente a continuidade de diversos projetos de natureza social e educativa, designadamente o Radar Social, a Promoção do Sucesso Escolar, o CLDS, os projetos dirigidos a grupos vulneráveis e o Balcão da Inclusão.

Mencionou ainda dois projetos considerados estratégicos para o concelho: a requalificação da Estrada Nacional 222 e a implementação da Unidade de Cuidados Continuados, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira. Relativamente à EN 222, referiu tratar-se de um investimento do Estado de cerca de 10,8 milhões de euros, abrangendo aproximadamente 17 quilómetros entre a Ponte das Bateiras e a vila de São João da Pesqueira, com impacto significativo ao nível da mobilidade, segurança rodoviária e competitividade territorial. Quanto à Unidade de Cuidados Continuados, destacou o início da sua concretização em 2026, considerando-a uma resposta fundamental para o apoio à população idosa e dependente do concelho.

No que respeita à execução financeira, informou que as Grandes Opções do Plano registaram uma execução global de 8.521.086,41 euros, evidenciando um crescimento

significativo face ao ano anterior, refletindo a concretização de diversos projetos estruturantes e a aceleração do investimento municipal.

Relativamente à distribuição da despesa, salientou a relevância das Funções Sociais, destacando os investimentos realizados nas áreas da Cultura, Desporto, Educação, Abastecimento de Água, Saneamento, Resíduos Sólidos, Ordenamento do Território e Ação Social. Referiu igualmente os investimentos realizados nas Funções Económicas, em particular nos Transportes Rodoviários e no Turismo, bem como o reforço das transferências para as freguesias, que totalizaram 762.506,81 euros.

Informou que o grau de execução orçamental da receita atingiu 90,6%, superando o valor registado em 2024 e situando-se acima do mínimo legal exigido. A receita cobrada líquida ascendeu a 17.787.471 euros, representando um aumento de 3.176.612 euros relativamente ao exercício anterior e constituindo a maior receita cobrada na história do Município.

Referiu ainda que as despesas de capital atingiram 4.651.964 euros e as despesas de investimento 3.305.130 euros, correspondendo a um dos maiores volumes de investimento alguma vez realizados pelo Município.

Quanto à execução das Grandes Opções do Plano, informou que a taxa global foi de 83,4%, sendo de 72,6% no Plano Plurianual de Investimentos e de 92,2% no Plano de Atividades Municipais. Explicou que a execução do PPI foi ligeiramente inferior à do ano anterior devido a alguns ajustamentos nos calendários de execução das obras, prevendo-se a recuperação dessa situação durante o ano de 2026.

Relativamente aos resultados financeiros, destacou a obtenção de um saldo global efetivo positivo de 884.884 euros na contabilidade orçamental, bem como um resultado líquido positivo de 404.113 euros na contabilidade patrimonial, evidenciando a solidez financeira e económica da autarquia.

Acrescentou que o Município manteve uma trajetória de controlo do endividamento, preservando simultaneamente capacidade financeira para assegurar a concretização de novos investimentos.

Concluiu afirmando que os resultados alcançados em 2025 se encontram entre os melhores de sempre do Município, refletindo uma estratégia assente no rigor financeiro, no investimento estruturante, no apoio às pessoas e na valorização do território. Sublinhou que permanecem em desenvolvimento diversos projetos estruturantes, designadamente o Pavilhão Multiusos, a Loja do Cidadão, a requalificação de equipamentos escolares e várias intervenções nas áreas do saneamento, abastecimento de água e espaço público.

Por fim, reiterou o compromisso do Executivo Municipal em continuar a servir o concelho com dedicação, transparência, responsabilidade e visão de futuro, mantendo como

Deputado
Antony

prioridade a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentável de São João da Pesqueira.

O Primeiro Secretário abre as inscrições para quem quiser intervir sobre este segundo ponto da ordem de trabalhos.

Foi inscrito e dada a palavra ao deputado Rafael Helena que procedeu à análise do Relatório de Contas e do Relatório do Auditor Externo, tendo constatado a existência de três reservas por parte deste último.

Focou, em particular, a reserva relacionada com os procedimentos de inventariação e reconhecimento dos bens do ativo fixo. Notando que o relatório indica que este trabalho está em curso e que a mesma reserva já constava do exercício anterior, solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação atual do processo, bem como a indicação de uma estimativa da sua percentagem de execução, de modo a aferir a evolução da situação.

Dada a palavra ao Presidente, Manuel Cordeiro, respondeu que as questões levantadas são pertinentes e que, muito provavelmente, continuarão a constar dos relatórios de auditoria em anos futuros, independentemente de quem exerça funções executivas, atendendo às dificuldades estruturais que os municípios do interior enfrentam.

Referiu que o Município tem sentido grandes dificuldades na contratação de recursos humanos qualificados, nomeadamente informáticos, tratoristas e técnicos especializados em diversas áreas, situação que condiciona o cumprimento integral de determinadas exigências técnicas e administrativas. Acrescentou que, para além de juristas, existe necessidade de reforçar os serviços com técnicos das áreas da gestão e da economia, particularmente na divisão financeira, não existindo atualmente incentivos suficientes para atrair profissionais qualificados para o interior do país.

Relativamente à inventariação do património municipal, esclareceu que esta abrange a totalidade dos bens do Município, incluindo edifícios, infraestruturas, redes, condutas, equipamentos, terrenos e demais ativos patrimoniais, constituindo um processo de elevada complexidade e dimensão. Indicou que as demonstrações patrimoniais refletem um valor estimado do património municipal na ordem dos 52 milhões de euros, valor que poderá ser superior caso todo o património se encontre integralmente identificado e registado.

Explicou ainda que as principais dificuldades se centram no património mais antigo, designadamente infraestruturas, redes e equipamentos cuja localização, caracterização ou documentação não se encontram totalmente identificadas. Por outro lado, informou que

todos os investimentos, obras e aquisições mais recentes já são devidamente registados e integrados no sistema patrimonial do Município.

Quanto à reserva relacionada com a contabilidade de custos, esclareceu que esta implica a determinação rigorosa dos custos associados a cada intervenção, incluindo horas de trabalho, utilização de equipamentos e máquinas, combustíveis, recursos humanos e materiais. Referiu que a implementação deste nível de controlo exige recursos humanos dedicados e um acompanhamento permanente, o que se revela particularmente exigente para um município com limitações de pessoal.

Concluiu afirmando que não lhe é possível indicar uma percentagem exata de execução destes processos, podendo, contudo, assegurar que todos os procedimentos relativos a investimentos e aquisições recentes já são desenvolvidos de acordo com estas exigências, prosseguindo simultaneamente o trabalho de regularização e atualização da informação patrimonial e contabilística referente a situações herdadas do passado.

O Primeiro Secretário colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com as abstenções de Rafael Helena e César Elias.

Antes de passar ao terceiro ponto da ordem de trabalhos perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo declarações de voto, passou-se de seguida à discussão do ponto terceiro da ordem de trabalhos.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da Proposta da 1.ª Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano e Orçamento.

O Primeiro Secretário perguntou ao Senhor Presidente do Executivo se pretendia fazer um resumo do referido ponto da ordem de trabalhos.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, que apresentou a proposta de alteração orçamental modificativa, tendo por objetivo principal a integração do saldo de gerência apurado no exercício económico anterior.

Foi esclarecido que transita para o presente orçamento de 2026 o montante global de € 1.315.577 (um milhão, trezentas e quinze mil, quinhentas e setenta e sete euros). Relativamente à alocação desta verba pelas rubricas orçamentais, comparou o processo à gestão de um orçamento familiar, onde os recursos disponíveis são afetados em resposta às necessidades mais prementes.

Nesse sentido, destacou-se o reforço da rubrica de remunerações em cerca de € 238.000. Justificou-se que este aumento de custos com o pessoal, verificado por quadro

Beito
X
Antony

comparativo presente nos documentos, se deve às progressões na carreira, às atualizações salariais e a outras valorizações remuneratórias, não obstante a redução do número absoluto de trabalhadores.

Mais informou que a proposta contempla reforços para as rubricas de aquisição de bens e serviços, manutenção e projetos, sendo que mais de meio milhão de euros será canalizado para investimento de capital. Concluiu salientando que, apesar de todas as áreas necessitarem de reforço financeiro, a afetação proposta foi considerada a mais adequada e equilibrada para o município/freguesia.

Após a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para os Membros da Assembleia poderem intervir sobre o terceiro ponto da ordem de trabalhos, tendo sido inscrito Rafael Helena.

No uso da palavra, o Deputado Municipal referiu que, na sequência da discussão ocorrida aquando da aprovação do Orçamento Municipal para 2026, se verifica agora a existência de um excedente orçamental que será utilizado para reforçar diversas rubricas constantes da presente revisão orçamental.

Salientou, contudo, a importância do setor agrícola para o concelho, considerando que a agricultura constitui um dos pilares fundamentais da economia local, contribuindo para a fixação da população e para a preservação do território. Nesse sentido, observou que não identificava na presente revisão qualquer reforço especificamente destinado ao apoio dos pequenos agricultores, nomeadamente no que respeita ao apoio direto aos custos de produção.

Acrescentou ainda que se verificavam reforços significativos noutras áreas de intervenção municipal, designadamente nos serviços, eventos e atividades culturais, entendendo, por isso, que seria desejável a afetação de uma verba específica para apoio à agricultura e aos pequenos produtores locais.

O Primeiro Secretário concede a palavra ao Presidente da Câmara que em resposta, esclareceu que a presente revisão orçamental não constitui um novo orçamento, mas sim um instrumento de ajustamento técnico da execução orçamental. Recordou que, aquando da aprovação do Orçamento Municipal, já haviam sido previstas verbas significativas para o setor agrícola, superiores a dois milhões de euros, destinadas, entre outras finalidades, à pavimentação de caminhos agrícolas, eletrificação e execução de infraestruturas de apoio à atividade agrícola.

Referiu ainda que a inexistência de reforço de verbas para a agricultura na presente revisão não significa uma menor aposta do Município neste setor, mas apenas que as dotações atualmente existentes são consideradas suficientes para fazer face às necessidades

IBento
AP
A. B. B.

previstas. Sublinhou que as revisões e alterações orçamentais decorrem da gestão corrente do orçamento municipal, sendo frequente a transferência de verbas entre rubricas em função das necessidades de execução verificadas ao longo do ano.

Concluiu afirmando que a presente revisão corresponde unicamente a uma operação de ajustamento e afetação de verbas, não traduzindo qualquer alteração das prioridades políticas do Município relativamente aos diversos setores de atividade, nomeadamente à agricultura.

O Primeiro Secretário colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dois votos contra dos deputados Rafael Helena e César Elias.

Antes de passar ao quarto ponto da ordem de trabalhos perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se ao quarto ponto da ordem de trabalhos.

Ponto 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Habitação do Município de São João da Pesqueira.

O Primeiro Secretário perguntou ao Senhor Presidente do Executivo se pretendia fazer um resumo do referido ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente da Câmara apresentou a proposta de alteração do Regulamento Municipal de Habitação, destacando que o principal objetivo da mesma consiste em compatibilizar e conciliar o normativo já existente com as novas exigências legais e programáticas.

Nesse sentido, esclareceu que a atualização formal do documento visa alinhar o regulamento com os novos desafios e, em particular, com as orientações e exigências regulamentares da Estratégia Local de Habitação e do programa 1.º Direito.

Finalizada a apresentação referente ao ponto quatro, foram abertas as inscrições para os Membros da Assembleia poderem intervir sobre o quarto ponto da ordem de trabalhos, não tendo sido efetuadas inscrições.

O Primeiro Secretário colocou à votação o quarto ponto da ordem de trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade.

Antes de passar ao quinto ponto da ordem de trabalhos perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Beito
Q
Antm

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se ao quinto ponto da ordem de trabalhos.

Ponto 5 - Análise, discussão e votação do pedido de declaração de interesse público municipal de carácter estratégico – Quinta da Tranqueira.

O Primeiro Secretário perguntou ao Senhor Presidente do Executivo se pretendia fazer um resumo do referido ponto da ordem de trabalhos.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo que começou por salientar a importância de manifestar o interesse municipal face a novas intenções de investimento, reconhecendo o seu potencial de desenvolvimento para o concelho. Recordou que o município já adotou esta postura no passado relativamente a outros projetos que, entretanto, não se concretizaram por motivos processuais ou legais, o que se enquadra na normalidade destes procedimentos.

A título de exemplo, mencionou o investimento outrora previsto para Ervedosa do Douro, promovido pelo Engenheiro Mesquita, bem como outro projeto para a Ferradosa, ainda sob análise, ambos condicionados pelas limitações geográficas e legais vigentes.

Neste sentido, frisou que a declaração de interesse municipal constitui unicamente o reconhecimento da relevância do projeto para o município, não implicando, sob nenhuma circunstância, a sobreposição ou o incumprimento de normas legais, condicionantes urbanísticas ou disposições regulamentares aplicáveis.

Concluiu a sua intervenção reforçando que faz todo o sentido continuar a manifestar interesse por investimentos estruturantes e com capacidade de valorizar o concelho. No caso em apreço, considerou evidente o mérito e o interesse na concretização do projeto, remetendo, contudo, a decisão final e a deliberação formal para a ponderação e critério deste órgão.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Foi inscrito Paulo Bito.

Toma a palavra o deputado, começando por cumprimentar o Senhor Primeiro Secretário em exercício da Assembleia Municipal e a respetiva Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, as Senhoras e os Senhores Vereadores, as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta e o público presente.

Referiu que não poderia deixar passar o assunto em discussão sem manifestar o seu regozijo pela intenção de concretização do investimento apresentado, considerando que o

mesmo poderá constituir mais uma importante âncora de desenvolvimento para o concelho, e em particular para a sua freguesia.

Destacou as potencialidades do local escolhido para a sua implementação, classificando-o como um espaço de excecional valor paisagístico, e dirigiu uma palavra de incentivo e satisfação à empresa promotora pela iniciativa demonstrada. Acrescentou ainda que a Junta de Freguesia manifesta total disponibilidade para colaborar e apoiar, dentro das suas competências e possibilidades, tudo o que possa contribuir para a concretização deste investimento.

Salientou igualmente a importância da atividade empresarial para a criação de riqueza, emprego e dinamização do território, expressando a sua satisfação pelo facto de o projeto se localizar na sua freguesia.

Por último, deixou uma nota ao Senhor Presidente da Câmara relativamente à necessidade de acautelar, futuramente, a questão das acessibilidades ao local. Referiu que a via de acesso existente possui atualmente a classificação de caminho vicinal, mas que, perante a eventual concretização do investimento e o aumento da utilização da mesma, poderá justificar-se a sua reclassificação para uma categoria superior. Sublinhou que a Junta de Freguesia não dispõe dos meios técnicos e financeiros necessários para assumir responsabilidades de intervenção e manutenção numa infraestrutura com essas exigências, razão pela qual considera importante que esta questão seja oportunamente analisada.

De seguida o Primeiro Secretário deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas, o qual respondeu nada ter a acrescentar, agradecendo a intervenção.

Não havendo mais inscrições o Primeiro Secretário colocou à votação o quinto ponto da ordem de trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Primeiro Secretário, antes de passar ao sexto ponto da ordem de trabalhos perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se ao sexto ponto da ordem de trabalhos.

Ponto 6 - Análise, discussão e votação da cedência voluntária de parcela de terreno com vista à integração no domínio público municipal no Lugar de Dessarges, S. João da Pesqueira.

Beut
10
Antony

O Primeiro Secretário perguntou ao Senhor Presidente do Executivo se pretendia fazer um resumo do referido ponto da ordem de trabalhos.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

O Presidente da Câmara informou que teve oportunidade de analisar o processo referente à pretensão urbanística promovida pelos promotores Mateus e Sequeira, relativa à criação de um loteamento na área situada na retaguarda do antigo estabelecimento “Meu Super”, junto ao edifício conhecido como “Carocha”.

Esclareceu que uma das questões fundamentais prende-se com o facto de a área destinada ao loteamento não confrontar diretamente com a via pública, requisito normalmente exigido para este tipo de operações urbanísticas. Referiu que, no passado, a parcela correspondente à frente do antigo supermercado foi destacada do prédio-mãe, permanecendo esta a confrontar com o domínio público, enquanto a área agora proposta para loteamento não dispõe dessa confrontação.

Informou ainda que os promotores propõem a cedência para o domínio público da faixa de terreno situada entre o antigo “Meu Super” e o edifício “Carocha”, permitindo assim assegurar a necessária confrontação com a via pública e viabilizar o loteamento.

O Sr. Presidente referiu que, embora o Município reconheça a importância da criação de novos lotes destinados à habitação, nomeadamente para responder às necessidades dos jovens e contribuir para a fixação da população, entende que não deverá assumir encargos financeiros decorrentes da execução das infraestruturas necessárias ao empreendimento. Nesse sentido, informou que foi transmitido aos promotores o entendimento de que a eventual aceitação da cedência da referida faixa de terreno para o domínio público ficará condicionada à prévia execução e conclusão, por parte dos promotores, de todas as infraestruturas urbanísticas necessárias, designadamente redes de abastecimento de água, saneamento, pavimentação, passeios, estacionamento e demais arranjos urbanísticos previstos.

Acrescentou que apenas após a conclusão integral dessas infraestruturas no terreno, e não apenas em fase de projeto, poderá o Município aceitar a integração da referida área no domínio público, garantindo que a operação não implique custos futuros para a autarquia.

Concluiu referindo que a proposta apresentada procura compatibilizar o interesse público com a promoção de novas oportunidades de habitação no concelho, ficando a apreciação final da matéria sujeita à deliberação dos membros presentes.

Beato
D
A. Am

Acabada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Não havendo inscrições o Primeiro Secretário colocou à votação o sexto ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Primeiro Secretário antes de passar ao sétimo ponto da ordem de trabalhos perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se de seguida à discussão do sétimo ponto da ordem de trabalhos.

Ponto 7 - Análise, discussão e votação da desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal no Loteamento Pojares de Cima.

O Primeiro Secretário perguntou ao Senhor Presidente do Executivo se pretendia fazer um resumo do referido ponto da ordem de trabalhos.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que este pudesse fazer um resumo deste ponto da ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente da Câmara, informou a Assembleia sobre um pedido apresentado pelo Senhor Luís Amado, operador do ramo de limpeza automóvel, relativo a uma pequena parcela de terreno contígua ao seu espaço, situada em frente ao Intermarché, junto às moradias geminadas já existentes.

O requerente solicitou a aquisição da referida parcela atualmente sem utilização relevante, apresentando apenas pedras e vegetação com o intuito de ampliar o seu logradouro.

Esclareceu que o processo não consiste numa cedência direta, mas sim no seguinte procedimento legal e administrativo:

- **Desafetação:** Alteração da parcela do domínio público municipal para o domínio privado da Câmara Municipal;
- **Avaliação e Hasta Pública:** O terreno será avaliado por um perito oficial e submetido a hasta pública, conforme estipulado por lei.

Foi sublinhado que, embora o requerente seja o proprietário confinante e previsivelmente o principal interessado, não haverá venda direta, sendo o procedimento inteiramente público e aberto à concorrência de qualquer interessado.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, foram abertas as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

D. Bento
D.
A. M.

Não havendo inscrições colocou-se à votação o sétimo ponto da ordem de trabalhos tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Primeiro Secretário perguntou se algum dos Membros da Assembleia pretende efetuar declaração de voto.

Não havendo quem pretendesse fazer declaração de voto, passou-se de seguida à discussão do oitavo ponto da ordem de trabalhos.

Ponto 8 - Eleição de um representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ao abrigo da alínea a) do artigo 17.º da Lei de Promoção e Proteção.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o presente ponto da ordem de trabalhos visa eleger um para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, ao abrigo da Alínea A do Artigo Décimo Sétimo da Lei de Promoção e Proteção, de modo a se proceder à substituição da Comissária Vânia Raquel Anunciação Alves, que irá terminar o seu terceiro mandato consecutivo em 09 de Maio. Não sendo da competência da Assembleia a sua apreciação pede que seja retirado da ordem de trabalhos, tendo o pedido sido atendido pela Mesa de Assembleia Municipal.

O Primeiro Secretário solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2 a 7 a fim de terem eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO

O Primeiro Secretário, Daniel Bento deu por encerrada a reunião às 15 horas e 50 minutos, agradecendo a presença de todos e a forma como colaboraram para o bom desenvolvimento da Assembleia Municipal.

Relembrou que, quem necessitasse de justificação de falta, se deveria dirigir à Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a presente ata que, depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

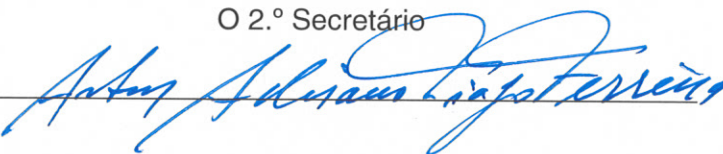
O Presidente da Assembleia Municipal

_____ D. Bento

O 1.º Secretário

_____ Maria Luísa Gomes

O 2.º Secretário

A horizontal line is drawn across the signature.